

Observatórios de Mídia Enquanto Espaços de Cidadania

CRISTIANE PARENTE
MANUEL PINTO

Ao pesquisar em dicionários o significado e a etimologia da palavra Observar, identificamos que ela vem do latim *Observare*, Ob (Delante - esp. ou Sobre - port.) e Servare (Ter, Guardar, Conservar). Observar é, pois, ver, examinar com atenção, cuidado. No caso dos Observatórios de Mídia, podemos dizer que uma de suas funções seria olhar para a informação e para os meios de forma mais aprofundada. Um olhar que sonda, retém, avalia, lê as mensagens veiculadas cada vez em maior quantidade e em menor intervalo de tempo pela mídia.

Christofoletti (2008, p 90) também refere-se ao ato de olhar em profundidade quando fala das funções de um observatório relacionando esse ato de observar ao papel de jornalistas, consumidores de informação e críticos da mídia. Para o autor, é a partir do olhar do jornalista que o cidadão comum lê os meios de comunicação e interpreta o mundo a sua volta. Essa leitura, vista como “compreensão maior, preenchimento de sentidos rumo a uma consciência mais ampla e mais profunda do objeto” ainda não acontece, em geral, porque o cidadão não está preparado, não teve formação em “media literacy” para realizá-la, o que pode ser uma das funções dos observatórios. Especialmente porque os meios de comunicação são cada vez mais determinantes no modo como adquirimos, transmitimos e construímos informações e saberes sobre o mundo.

Para Pinto (2003, p.5), eles são “instâncias de enunciação, construção e significação dos eventos e situações que marcam o que em cada momento se passa no mundo”. É importante, por isso, a partir de também de um olhar mais profundo, crítico, compreender as possibilidades que a mídia oferece de aproximar mundos e culturas.

A mídia não apenas registra os acontecimentos pelos quais as sociedades têm passado ao longo do tempo, como ela própria é responsável por boa parte desses acontecimentos, mudanças e evoluções, além de influenciar nossa percepção do mundo e alterar a relação que estabelecemos com os outros sujeitos, com a noção de tempo, do espaço e até com a forma como construímos nossa experiência no mundo.

Isso porque “a sociedade não apenas se deixa envolver pelos meios, como os reflete, adere ou descarta sua influência” (Christofoletti & Motta, 2008, p.1). Além disso, os meios “ajudam a construir nossa consciência da atualidade (...)” (Christofoletti, 2006, p.12).

Por isso, é importante o estudo da influência dos meios nos cidadãos e a análise do seu processo produtivo (da produção ao conteúdo e à recepção), visando tornar os consumidores mais ativos e críticos; perceber que ideologias carregam consigo, de que maneira podem influenciar (e são influenciados) o público, que responsabilidades eles possuem e se há políticas públicas de Educomunicação/Educação para a Mídia/Media Literacy que preparem os cidadãos desde pequenos para ter uma relação mais crítica e construtiva com os meios, afinal, se uma das maneiras das pessoas lerem o mundo é pelo filtro da mídia e se a leitura é um ato de compreensão maior, é preciso revisar sob que condições tal tradução é feita (Christofoletti, 2007, p.91).

Outra justificativa para essa aproximação crítica (mas não cética) dos meios é que se a imprensa, em geral é considerada o Quarto Poder, a “voz dos sem voz” (RAMONET, 2003) não seria lógico também que ela também fosse fiscalizada como poder que é? Quem fiscaliza a imprensa, os meios de comunicação quando eles já não conseguem prover os cidadãos de informações com qualidade, pluralidade e diversidade, capazes de os fazerem atuar com mais segurança no espaço público? Quem, a partir de leituras críticas de seus produtos pode discutir a qualidade dos meios e seus procedimentos, entendendo que é com informação de qualidade que os cidadãos podem conhecer e reivindicar seus direitos?

Apostamos nos observatórios de mídia!

Mídia e Cidadania

Silva (2002), por exemplo, ressalta que a relação mais tradicional entre imprensa e cidadania é justamente a de uma imprensa que fiscaliza como que por uma delegação da socieda-

de e que esse seria o primeiro momento do exercício da democracia participativa, quando esse poder de fiscalização dá visibilidade e transparência à “coisa pública”, entendendo que visibilidade é uma condição para a democracia.

Os observatórios são exemplos de MARS (Meios para Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia), segundo Bertrand (2002) e, para Christofolletti e Motta (2008), possuem pelo menos duas funções: fiscalizar os veículos e seus profissionais, e alfabetizar midiaticamente o público, já que, ao olhar de forma atenta e crítica para a mídia, apontam as falhas, os problemas éticos e, com isso, podem vir a melhorá-los, num exercício de autocrítica, avaliação e mudança dos meios, afinal, o seu produto, a informação, é algo essencial e estratégico na construção de sentido da realidade, na tomada de decisões, no conhecimento de nossos direitos e deveres.

Para Rizzotto (2011), a mídia tem se tornado mais representante dos poderes/sistemas econômico e político do que propriamente uma ferramenta de questionamento e defesa do cidadão. Além disso, ou até por causa disso, parte da mídia tem usado cada vez mais a espetacularização dos fatos e a simplificação das notícias para atrair mais audiência num contexto em que vale quem deu primeiro, e não quem deu melhor. Outra questão que impacta a qualidade e a credibilidade das mensagens transmitidas pelos meios diz respeito à alta concentração da propriedade dos meios de comunicação, especialmente na América Latina, fato ressaltado por Albornoz e Herschmann (2006).

A partir dessas e outras constatações, Ramonet (2003) sugere a criação de um “quinto poder”: o *media criticism*, do qual os observatórios de mídia são um dos representantes. Esse quinto poder teria a função de monitorar e também denunciar os grandes conglomerados de comunicação.

Como exemplo positivo de MARS e, mais especificamente, de observatório de mídia, falaremos mais adiante da ANDI Comunicação e Direitos, uma organização não-governamental fundada em 1993, em Brasília e reconhecida mundialmente como um centro de referência em comunicação para os direitos e o desenvolvimento humano e social. Suas áreas de atuação são: Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação e, sua missão, publicada em seu site: “Contribuir para uma cultura de promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável a partir de ações no âmbito do jornalismo.” Para isso, atua com quatro ferramentas: mobilização, monitoramento, qualificação e reaplicabilidade.”

Observatórios – Contexto, conceitos e características

A existência de observatórios como forma de participação cidadã é algo que tornou-se comum no mundo, especialmente a partir do final da década de 90, como forma da sociedade cobrar direitos, garantias, monitorar leis, comportamentos, exigir equidade e participar da vida pública de maneira mais intensa em busca de uma democracia mais plena.

Os primeiros observatórios de mídia, porém, surgem ainda na década de 80, nos EUA. Segundo Christoforetti (2016), a ideia do media watching surgiu associada à ideia de uma comunicação mais democrática e somava-se ao ombudsman e ao media criticism no estímulo à reflexão por parte da sociedade e dos profissionais de comunicação sobre o fazer jornalístico e sua função.

Montúfar (2011) destaca que a ação realizada nos observatórios de mídia pode construir cidadania e fortalecer a liberdade de expressão e o direito à informação e à comunicação.

“Los observatorios contribuyen a resaltar la importancia de la información de calidad para la democracia; la ampliación y democratización de la esfera pública; la participación ciudadana en la construcción de agendas públicas. En suma, los observatorios fortalecen una ciudadanía comunicativa”. (MONTÚFAR, 2011, p.49)

Para Motta (2008) um dos fatores mais importantes para a atuação e manutenção da ética dos observatórios é justamente sua independência. Além disso, para a existência dos observatórios é preciso haver uma população que esteja insatisfeita com a atuação da mídia e a forma como ela veicula as notícias, exigindo mais qualidade, pluralidade, isenção. Essa população é formada por agentes sociais que podem ser, segundo Motta, desde ativistas sociais a jornalistas inconformados, professores, estudantes, etc que deixam de ser passivos e passam a agir para influenciar na melhoria dos conteúdos da mídia.

Braga (2006) fala dos observatórios como uma espécie de “sistema de interação social sobre a mídia” ou ainda como integrante da parte crítica do “sistema de resposta social”, que pode incluir uma série de dispositivos como sites, publicações jornalísticas e acadêmicas ou ainda cineclubes, só para citar alguns. Segundo Braga esse sistema de resposta social caracteriza-se por ser um terceiro sistema, além dos tradicionais sistemas de produção e recepção, estudados nos processos comunicacionais. Nele, a sociedade responde, reage, interage com os produtos da mídia, gerando ideias, interpretações, etc

Recorrendo a Herrera (2005), uma das maiores pesquisadoras do tema, chegamos a algumas características básicas do perfil dos observatórios latino-americanos: reconhecimento dos

meios e da comunicação para a democracia (porque não há democracia sem comunicação); insatisfação com a situação dos meios (falta de credibilidade e qualidade na informação, concentração da propriedade, pouca diversidade, censura e autocensura); a reivindicação de outra forma de entender a prática jornalística (ou uma nova maneira de entender a função dos meios de comunicação que seja mais pluralista, voltada à cidadania e a uma maior democracia dos meios, entendendo a comunicação como um direito humano).

Herrera (2005) também indentificou entre as características dos observatórios latinoamericanos uma constante e sistemática atividade de monitoramento; um caráter propositivo e uma finalidade mais prescritiva que descritiva (fazendo com que a crítica aos meios não seja destrutiva, mas construtiva e possa fazê-los melhorar); uma intencionalidade revisionista e reformista (ou seja, os observatórios não analisam por analisar, e sim para apontar algo que pode mudar ou denunciar o que não está de acordo com as leis ou os Direitos Humanos, por exemplo); diversidade e criatividade em suas atuações (que vão desde o monitoramento dos meios à formações e produções impressas, pesquisas, eventos, etc); convicção da importância de divulgar sua atividade; predileção pelo emprego de novas tecnologias (a internet, por exemplo, ajuda os observatórios a alcançar um público maior).

E, por fim, reivindicação de outro público consumidor de meios, que tenha um consumo mais crítico dos veículos de comunicação. Sendo assim, os observatórios reconhecem entre suas missões a de educar a população para um novo olhar e uma nova relação com a mídia, fazendo com que o usuário seja mais ativo, participativo, que não se conforme em ver os erros cometidos pelos meios, mas procure corrigi-los e lutar por uma mídia de qualidade, por informação de qualidade. Tudo isso seria mais fácil se desde a infância todos fossem educados a um consumo e a uma relação mais crítica com os meios, o que aconteceria com políticas públicas de educação para a mídia ou educomunicação.

Aqui vale destacar o que entendemos por Educomunicação, segundo Soares:

“um conjunto de ações voltadas a criar e desenvolver ambiências favoráveis do diálogo social, mediante um conjunto de ações em vários subcampos: a educação para a comunicação; a mediação tecnológica, a expressão comunicativa, a pedagogia da comunicação e a gestão de processos comunicativos” (2011, p.12).

A Educomunicação é composta por algumas áreas, segundo Soares (2011): educação para a comunicação, que inclui a leitura e recepção críticas dos meios de comunicação, compreensão de como funcionam, etc; a expressão comunicativa através das artes, que realça o potencial criativo e emancipador das distintas manifestações artísticas; a mediação tecno-

lógica na educação, referente à gestão do acesso e do uso democrático das tecnologias na comunidade educativa; a pedagogia da comunicação, que tem um olhar atento à didática e ao trabalho conjunto de projetos; a gestão da comunicação, com planejamento, avaliação do ecossistema comunicativo e análise das melhores intervenções para melhorar a comunicação, a convivência e o uso das tecnologias nos espaços, etc e, por fim, a reflexão epistemológica, com o estudo do próprio fenômeno e sistematização das experiências de inter-relação comunicação-educação.

Christofolletti e Herrera (2006) a partir das sistematizações feitas por outros autores e dos resultados de suas pesquisas afirmam que entre os observatórios latino-americanos as funções ou atividades mais comuns são:

- 1 – Revisar o conteúdo e a oferta dos meios;
- 2 – Elaborar estudos, informes e análises comparativas;
- 3 – Atender as queixas, críticas e comentários dos consumidores;
- 4 – Publicar ou difundir o conteúdo da sua atuação;
- 5 – Capacitar os jornalistas na elaboração de um jornalismo de qualidade;
- 6 – Capacitar a audiência no consumo crítico dos meios” (CHRISTOFOLLETTI & HERRERA, 2006, p.154)

Observatórios, participação e cidadania

Acreditamos que faz sentido estabelecer uma ponte entre os observatórios de mídia e seu papel em relação à cidadania e a participação social, porque a Educomunicação tem como um de seus pressupostos a participação dos cidadãos. Da mesma forma, também ressaltamos o direito à comunicação e à informação de qualidade como direitos da cidadania - equivalentes ao direito à educação - especialmente numa época em que, apesar das múltiplas possibilidades de acesso à informação e das diferentes fontes, ainda vivemos uma grande exclusão digital e uma forte concentração dos meios na mão de poucas empresas. A cidadania está ligada à prática de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos, segundo Manzini-Covre (2001) e o conhecimento desses direitos deve ser cada vez mais socializado entre a população. O papel dos observatórios de mídia, nesse caso, pode ser fundamental no que diz respeito não só à democratização da informação, mas a uma formação de sujeitos que possam compreender e lidar melhor com os meios de comunicação e suas mensagens; sujeitos autônomos, críticos que possam ter uma inserção mais transformadora na sociedade.

Para Demo (1993), a cidadania está ligada à educação e, segundo o autor, a maior virtude da educação está em ser instrumento de participação política. Isso reforça a importância dos observatórios enquanto vigilantes dos meios de comunicação e sua relação com a informação e a democracia, assim como sua missão de educar midiaticamente a população. Isso ocorre a partir da participação!

Para que o processo de cidadania aconteça é preciso, pois, um exercício de mão dupla: a população pressiona a imprensa e os meios por mais informação e programação de qualidade e os observatórios podem ser instrumentos para essa reivindicação; assim como é necessária uma imprensa livre para o desenvolvimento da cidadania e os observatórios têm papel fundamental como fiscais de uma imprensa livre de amarras políticas, econômicas e de monopólios ou oligopólios que possam esvaziar a diversidade de opiniões, a pluralidade de fontes.

A comunicação pode ser vista como um dos espaços onde a democracia pode ser ampliada, materializada, já que a mídia – por exemplo - é um instrumento central na vida político-sócio-cultural e econômica de uma sociedade, na difusão de informações a partir das quais decisões podem ser tomadas e cidadãos podem interagir.

Os meios de comunicação possuem uma centralidade para os sujeitos de uma sociedade na busca de seus direitos, nas suas atividades enquanto cidadãos, na busca do funcionamento de uma sociedade democrática. E se antigamente era na Ágora que os cidadãos discutiam e faziam política, essa praça pública foi, de certa forma, substituída pelos meios de comunicação. Daí a importância de garantir espaços para a diversidade, para o contraditório, para a circulação de diferentes discursos.

Participação, para Demo (1993) é uma maneira de intervir na realidade que precisa passar pela autocritica e pelo diálogo. Bordenave (1994) afirma que a participação pode gerar um processo de desenvolvimento da consciência crítica tendo como resultado a transformação de pessoas passivas em ativas e críticas. Isso tudo tem resultados mais positivos e a qualidade da participação é maior quando os cidadãos aprendem a conhecer a sua realidade, participando a partir de vivências, porque “só se aprende a participar, participando” (Bordenave, 1994, p.73).

E sem informação e diálogo não pode haver participação, por isso defendemos a existências dos observatórios como instrumentos de cidadania. Porque é preciso ter acesso a informações de qualidade e aos canais de reivindicação e consulta para que as pessoas possam tomar decisões e ter uma participação efetiva na construção de uma democracia.

Mais uma vez, vimos aqui o papel dos observatórios na garantia do acesso à informação de qualidade e na formação de um público que pode vir a transformar-se em sujeito da sua história a partir do apropriação dos meios e de uma relação mais horizontal com os mesmos, uma relação que garanta um espaço e uma fala democrática.

Cabe aos observatórios lembrar o papel dos media e honrar o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela ONU em 1948:

“Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser incomodado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e as ideias, por qualquer tipo de meio de expressão.”

ANDI - Comunicação e Direitos – Um exemplo a ser seguido

Poderíamos falar de vários exemplos e boas práticas de observatórios de mídia, monitoramento e/ou educação para a mídia, mas elegemos a ANDI Comunicação e Direitos pelo fato da organização reunir as principais características elencadas acima por Herrera (2005), como ter um caráter propositivo, atividade sistemática de monitoramento, finalidade mais prescritiva que descritiva, uma intenção revisionista, etc mostrando que é possível não apenas dialogar com os jornalistas, mas possibilitar-lhes formações a partir dos resultados do monitoramento e das análises de cada tema pesquisado pela organização.

Além do diálogo aberto com os jornalistas, a organização já conseguiu respostas positivas em muitos veículos de comunicação monitorados por ela dependendo do tema elegido para trabalhar, com a ampliação do número de matérias sobre esse tema, melhoria na forma como ele era tratado a partir de novos olhares para fontes, legislação, pluralidade e diversidade de opiniões, contextualização, uso de termos corretos e, por fim, matérias com mais qualidade, como é o caso notório da Educação, assunto que teve um crescimento vertiginoso nas páginas dos 45 maiores veículos impressos do Brasil após o início do monitoramento da ANDI. Os resultados podem ser vistos em publicações da própria organização. Isso tudo acaba por chegar ao público leitor, gerando (re)leituras da mídia e processos de educação, mesmo que indiretamente, mas de forma dialógica, já que envolve os profissionais desde a apuração e produção da matéria (a ANDI recebe demandas de jornalistas em busca de fontes e orientações) até sua escrita, edição, difusão e recepção, entendendo aqui que a recepção não é o último estágio no processo da comunicação, como ressalta

Braga (2006) com seu “sistema de resposta social” e o destaque que dá ao papel ativo da sociedade e sua interferência nos processos midiáticos.

Para sermos mais objetivos vamos dar um exemplo real de um trabalho que a ANDI realizou e que é similar ao que vem fazendo há mais de 20 anos, contribuindo para a qualificação do debate sobre educação e direitos de crianças e adolescentes no Brasil, entre outros assuntos. Trabalho esse que foi citado por Bertrand (2007), como um exemplo de MARS em seu livro “MAS - Media Accountability Systems”, publicado pela OSCE (Disponível em: <http://www.osce.org/serbia/24858>). Note-se aqui que existe tanto a forma MAS como MARS, dependendo da tradução, mas referindo-se ao mesmo conceito.

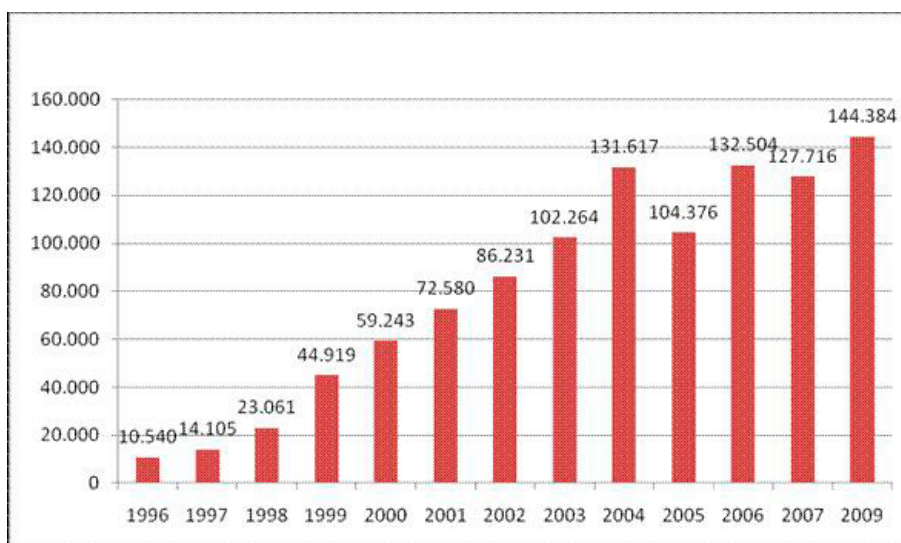
No caso da mobilização das redações e dos proprietários de meios de comunicação, a ANDI realiza visitas e sistematicamente envia sugestões de pautas que ajudam a diversificar/qualificar a abordagem cotidiana, além de criar prêmios jornalísticos vinculados ao tema. Em relação à capacitação dos jornalistas para cobrir temas como educação e infância, a ANDI oferece formações gratuitas, com possibilidade de ser a distância e edita/publica guias e manuais especialmente voltados a jornalistas e sobre determinados temas.

Importante destacar que o trabalho de monitoramento de mídia não tem como objetivo apenas ver o que não corre bem, mas identificar boas práticas, avanços e retrocessos nas coberturas e fazer uma devolutiva desse processo aos jornalistas. Seja em forma de relatórios, lançamentos de pesquisa e guias, seja em formações, estabelecendo um diálogo com os profissionais e fornecendo-os dados concretos com os quais podem trabalhar e melhorar suas performances. Importante frisar que este processo é contínuo, por causa da rotatividade que existe nas redações e da necessidade de atualizar conceitos, legislação, fontes e práticas.

As pesquisas realizadas pela ANDI podem ter três resultados, segundo Veet Vivarta, ex-diretor da ong, em apresentação dirigida a parceiros do Unicef, em 2011: “Diagnóstico prático”, com análises acadêmicas mais precisas, respondendo à lógica de operação das redações; “Diagnóstico isento”, pautado por uma abordagem de direitos e reconhecendo os limites e os méritos da cobertura e a Corresponsabilização na construção da notícia, quando são identificadas falhas ou mesmo avanços tanto por parte dos jornalistas quanto por parte das fontes, que também chegam receber orientação da ANDI em relação a como construir uma ponte com os jornalistas e perceber melhor suas demandas e ajudar a qualificar as matérias.

Ao longo dos anos em que a ANDI começou a fazer monitoramento e análise, vários temas já foram pesquisados, sendo a Infância e a Educação dois dos mais importantes e recorrentes. Abaixo um gráfico mostra a ampliação no número de notícias sobre o universo da Infância e Adolescência entre 1996 e 2009 (sendo que em 2008, a pesquisa Infância na Mídia não foi realizada) em 45 jornais diários.

**Número de notícias sobre o universo da Infância e Adolescência:
45 jornais diários – 1996-2009***



*Fonte: VIVARTA, 2011, p.24

Sobre os temas das pesquisas realizadas pela ANDI e quantos por cento dos textos enquadravam as políticas públicas em suas fontes, segue o gráfico abaixo, que revela também a importância dos observatórios atentarem para o fato de que não basta criticar as notícias sem contextualizá-las e cobrar de quem de direito deve dar respostas à sociedade. Daí a relevância que a ANDI sempre deu em seus monitoramentos a perceber se as matérias ou viam/citavam fontes relacionadas a políticas públicas, legislação, representantes do poder público, etc para que assim, o leitor das mesmas também percebesse a responsabilidade daquele governo e dele, enquanto cidadão, de cobrar seus direitos.

Vale a pena destacar a grande diferença entre que existe entre o tema Violência, com apenas 4,8% dos textos fazendo referência a alguma política pública e o tema Educação, com 66%. Não seria uma generalização se entendêssemos que desde a sua criação o tema Educação é monitorado pela ANDI e, portanto, dez anos depois os maiores jornais revelem nesse resultado o trabalho feito pela ong.

Quadro 1: As políticas estão em pauta? Porcentagem de textos que fazem referência a políticas públicas em algumas das pesquisas realizadas pela ANDI

Posição	Pesquisa (*)	Período	Textos enquadrados como Políticas Públicas
1	Educação	2004	66,0%
2	Transgênicos	2004	63,9%
3	Educação Infantil	2000	58,0%
4	Direitos Humanos	2004	54,1%
5	Desenvolvimento Humano e Social	2001/2002	52,2%
6	Saúde da Criança	2002	47,0%
7	Trabalho Infantil	2002	40,2%
8	Conselhos	2003	36,0%
9	P. Públicas de Comunicação	2003/2005	32,7%
10	Saúde do Adolescente	2001	30,0%
11	Tabaco e Álcool	2001	28,9%
12	Deficiência	2002	26,3%
13	Drogas	2002/2003	26,2%
14	Mudanças Climáticas	2007	24,2%
15	Tecnologias Sociais	2004	21,0%
16	Exploração & Abuso Sexual	2000/2001	9,9%
17	Violência	2000/2001	4,8%
	Média	-	36,55%

Fonte: VIVARTA, 2011, p.28

O que para nos parece relevante neste paper é chamar atenção não apenas para a importância dos observatórios enquanto instrumentos de cidadania e participação, mas especialmente para os processos que eles podem vir a desencadear a partir de um olhar não apenas crítico, mas construtivo para a mídia. Um olhar que não apenas aponte o errado, mas supere o ímpeto da denúncia e busque soluções, aponte caminhos, rumos, compartilhe boas práticas, amplie o diálogo com os jornalistas e possa dar vazão a uma polifonia de vozes, cores e culturas dos cidadãos, com suas histórias, bandeiras e lugares que a mídia nem sempre consegue alcançar.

“O direito à cidade, a um lugar (...) é também o direito a dizê-lo, a comunicá-lo, é um direito à comunicação e a espaços de comunicação/representação, que deve ser garantido às populações, como forma de expressão, de criatividade, de reflexão, criticidade, rompimento com a hegemonia dos meios e discursos e possibilidade de uma formação para a cidadania.” (PARENTE, 2012, p.130)

Referência bibliográfica

ALLBORNOZ, Luis, HERSCHMANN, Micael. **Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura**: balanço de uma breve trajetória. Revista E-compós, v. 20, 2006.

BERTRAND, Claude-Jean. A Deontologia dos Media. Coleção Comunicação. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

BRAGA, J. L. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é Participação. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. A crítica do jornalismo catalisa o debate público. Edição Nº 904 (24/05/2016) do Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/critica-do-jornalismo-catalisa-o-debate-publico/>

_____, Rogério. Correlación entre la ética y la crítica a los medios IN Revista de Comunicación, Vol. 5, 2006.

_____. Nos intestinos da mídia: a prática dos observadores na internet. São Paulo: USP, 2005.

_____, Rogério & HERRERA, Susana. Revista Em Questão. Porto Alegre, Vol. 12, Nº1, p.149 a 169, Jan/Jun 2006 <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/8/2> (Acesso em Abril de 2016)

_____, Rogério & MOTTA, Luiz Gonzaga (2008). A cidadania se mobiliza para monitorar a mídia. Edição nº 502 (09/09/2008) do Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/13188> (Acesso em Agosto de 2015)

DEMO, Pedro. Participação é conquista. Cortez Editora: São Paulo, 1993.

HERRERA, Susana. Retrato em diez rasgos de los observatórios de medios em América Latina. IN Sala de Prensa, nº 84, Octubre 2005.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. O que é cidadania. São Paulo, Brasiliense, 2001.

MONTÚFAR, Fernando Checa. Observatorios: fortalecimiento de la libertad de expresión y reivindicación del derecho a la crítica. Revista Latinoamericana de Comunicación – Chasqui,

Dez 2011, Nº 116, p.48 a 54 Disponível em: <http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/122> (Acesso em Março de 2016)

PARENTE, Cristiane. Jornal, escola, comunidade – Um estudo de caso. 2012. 149, 42 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PINTO, Manuel. Correntes da educação para os media em Portugal: retrospectiva e horizontes em tempos de mudança', Revista Ibero-Americana, Mayo-Agosto 2003, nº32, pp. 119-143 Disponível em: <http://www.rioei.org/rie32a06.htm> (Acesso em Janeiro de 2014)

RAMONET, Ignacio. O quinto poder.na edição brasileira do Le Monde Diplomatique Nº 45, Out/2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd211020032.htm>. Acesso em: Abril de 2017

RIZZOTTO, Carla Candida. Observatórios de meios e a democratização da comunicação: o caso Venezuela IN: Revista Estudos em Comunicação – LabCom: Laboratório de comunicação e conteúdos online - Estudos em Comunicação nº9, 269-287, Maio de 2011 Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-14.pdf> (Acesso em Março de 2017)

SILVA, Luis Martins. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições IN MOTTA, Luis Gonzaga (org.) Imprensa e Poder. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 47 a 74

SOARES. Ismar de Oliveira. Educomunicação – O conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

Outras referências:

VIVARTA, Veet. ANDI – Comunicação e Direitos. Apresentação para o CMT do UNICEF, Julho de 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/andibrasil/apresentacao-para-unicef-julho-6-2011> (Acesso em Maio de 2017)

OS AUTORES

CRISTIANE PARENTE - cristiane.parente@hotmail.com - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – CECS / Universidade do Minho

MANUEL PINTO - mpinto@ics.uminho.pt - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – CECS / Universidade do Minho